

SEPLAG-RJ

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - RIO DE JANEIRO

**ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
(APO) – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL V CONCURSO PÚBLICO

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✓ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✓ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✓ Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- ✓ Questões gabaritadas



Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br



SEPLAG - RJ

Analista de Planejamento e Orçamento (APO) – Tecnologia da Informação

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação, compreensão e organização estrutural de textos	1
Coesão, coerência e intertextualidade	2
Modos e tipos textuais; textos literários e não literários	9
Tipologia e estrutura da frase portuguesa	17
Operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	20
Problemas estruturais; norma culta	25
Pontuação e sinais gráficos	31
Organização sintática, termos e orações; ordem direta e inversa	38
Tipos de Discurso	43
Registros e funções da linguagem; elementos dos atos de comunicação	48
Estrutura e formação de palavras	52
Abreviações	59
Classes de palavras e seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais	61
Modalizadores	74
Semântica, sentido próprio e figurado, antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; polissemia e ambiguidade	74
Dicionários e organização de verbetes	80
Vocabulário, neologismos, arcaísmos, estrangeirismos e latinismos	86
Ortografia	92
Acentuação gráfica	97
Crase	99
Questões	101
Gabarito	108

LÍNGUA INGLESA

Compreensão e interpretação de textos em língua inglesa, identificando ideias principais e secundárias, informações explícitas e implícitas, finalidade, tema, contexto e relações de sentido	1
Vocabulário e expressões de uso frequente, incluindo reconhecimento de palavras cognatas, falsos cognatos, sinônimos, antônimos, palavras de sentido contextual e expressões idiomáticas básicas	2

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Aspectos gramaticais fundamentais: artigos definidos e indefinidos; substantivos; pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e interrogativos; adjetivos e advérbios; preposições; conjunções; numerais.....	8
Verbos e estruturas verbais: presente, passado e futuro; verbos auxiliares e modais; formas afirmativa, negativa e interrogativa; verbos regulares e irregulares; imperativo; infinitivo e gerúndio.....	16
Estruturas sintáticas básicas: formação e ordem das palavras nas frases; concordância; perguntas e respostas; orações afirmativas, negativas e interrogativas; relações de causa, consequência, condição, finalidade, comparação e oposição.....	21
Elementos de coesão e coerência textual, incluindo conectores, pronomes, referências e mecanismos de articulação de ideias.....	27
Uso da língua inglesa em situações cotidianas, considerando contextos sociais, profissionais e comunicativos.....	34
Questões	38
Gabarito.....	49

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Proposições, valores-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência e proposições compostas; equivalências lógicas; raciocínio envolvendo relações entre objetos, lugares, pessoas e eventos; diagramas lógicos, tabelas e gráficos.....	1
Conjuntos e operações; números naturais, inteiros, racionais e reais; operações e representação na reta	17
Unidades de medida.....	35
Plano cartesiano.....	41
Álgebra básica.....	44
Porcentagem e proporcionalidade direta e inversa.....	53
Sequências, reconhecimento de padrões e progressões aritmética e geométrica.....	59
Geometria básica, distâncias, ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área; semelhança e relações métricas no triângulo retângulo; medidas de comprimento, área e volume.....	63
Estatística básica: população e amostra; tipos de variáveis; organização e representação de dados; tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana e moda) e de dispersão (amplitude, variância e desvio-padrão); noções de distribuição de frequência.....	76
Probabilidade.....	94
Questões	97
Gabarito.....	104

SUMÁRIO



DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; princípios fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos	1
Organização político-administrativa e Estado federal brasileiro; União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	10
Administração Pública, estruturas básicas, princípios constitucionais e servidores públicos	23
Poder Executivo, atribuições e responsabilidades do Presidente da República; Poder Legislativo, estrutura, funcionamento, atribuições, processo legislativo, fiscalização contábil, financeira e orçamentária e comissões parlamentares de inquérito; Poder Judiciário e disposições gerais; papel constitucional dos Tribunais de Contas	33
Funções essenciais à Justiça, Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública	79
Questões	87
Gabarito	96

DIREITO TRIBUTÁRIO

Conceito e princípios do Direito Tributário	1
Conceito e espécies de tributos; normas gerais; conceito e classificação dos tributos	7
Sistema Tributário Nacional; competência tributária; limitações constitucionais ao poder de tributar; princípios constitucionais tributários	12
Tributos de competência da União, dos estados e dos municípios	18
Repartição das receitas tributárias	51
Questões	58
Gabarito	67

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Modelos e paradigmas da Administração Pública	1
Origem e formação do Estado e da Administração Pública modernos; teorias de formação espontânea e contratual do Estado; modelos patrimonialista, burocrático e gerencial; pensamento de Weber e disfunções burocráticas; paradigmas contemporâneos, incluindo Nova Gestão Pública, pós-gerencialismo, Estado Neoweberiano, Nova Governança Pública, Governança de Valor, Joint-Up Governance e Whole-of-Governance	4
Evolução e reformas da Administração Pública brasileira	9

SUMÁRIO



Evolução da Administração Pública no Brasil; Estado oligárquico e patrimonial, Estado autoritário e burocrático, Estado de bem-estar e Estado regulador; Reforma Burocrática de 1936; Programa Nacional de Desburocratização; Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995; reformas constitucionais; redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil; mérito, flexibilidade e responsabilização; pacto federativo e relações intergovernamentais.....	11
Decreto-Lei nº 200/1967.....	17
Instrumentos e ferramentas de gestão pública	51
Avaliação de desempenho e resultados; flexibilidade organizacional; trabalho em equipe; cultura da responsabilidade; redes informacionais; reengenharia; benchmarking; qualidade e PQSP; aprendizagem organizacional	56
Planejamento estratégico	62
Comportamento e estrutura organizacional	72
Caracterização e atributos das organizações; estruturas organizacionais	73
Comportamento organizacional; motivação; clima e cultura organizacional.....	79
Gestão da mudança organizacional.....	84
Processos participativos, ética e integridade; Conselhos de gestão; orçamento participativo; parcerias entre governo e sociedade	91
Ética no exercício da função pública.....	95
Compliance na Administração Pública	101
Modernização, inovação e gestão pública contemporânea	107
Governabilidade, governança e accountability.....	114
Governo eletrônico e transparência	117
Comunicação e redes organizacionais.....	119
Tecnologias gerenciais e organizacionais	122
Inovação no setor público; laboratórios de inovação e fábricas de ideias	124
Eficiência, eficácia e efetividade; qualidade no serviço público	126
Organização como condicionante da gestão de políticas públicas	131
Questões	137
Gabarito.....	143

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Orçamento público: História, evolução e natureza jurídica do orçamento público; relações com as políticas fiscal, tributária e cambial.....	1
Orçamento na Constituição Federal de 1988.....	6
Lei de Diretrizes Orçamentárias	16
Lei Orçamentária Anual, caracterização, conteúdo, estrutura, classificações, elaboração, aprovação e prazos	16
Regra de Ouro e Regime Fiscal Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 200/2023.....	24

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Integração entre PPA, LDO e LOA; interfaces com a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000; créditos adicionais; orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento por desempenho, orçamento-programa, orçamento participativo e orçamento cidadão	34
Receita, despesa e execução orçamentária	85
Classificações orçamentárias da receita e da despesa pública; fundamentos e utilização; receita pública, conceito, classificações, estágios, tributos e contribuições sociais; fontes de receita e de recursos; previsão e arrecadação; fixação da despesa; empenho, liquidação e pagamento; pré-empenho; descentralização interna e externa de créditos; abertura e reabertura de créditos adicionais; inscrição, cancelamento e execução de restos a pagar; despesas públicas, classificações e estágios; caráter autorizativo ou impositivo do orçamento; execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas; geração de despesas obrigatórias; limites para despesas com pessoal; dívida pública e operações de crédito	90
Programação financeira, controle e prestação de contas. Instrumentos de movimentação e descentralização de créditos; programação financeira e cronograma de desembolso; execução do cronograma; suprimimento de fundos; prestação e tomada de contas; despesas de exercícios anteriores; relatórios de execução orçamentária, avaliação do cumprimento das metas fiscais e gestão fiscal, incluindo finalidade, estrutura e composição; abertura e utilização de créditos disponíveis	96
Questões	102
Gabarito	108

GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Governança de tic; governança corporativa de tic; conceitos, objetivos e distinção entre governança e gestão; cobit 2019, princípios, sistema de governança, objetivos, componentes, cascata de metas e avaliação de capacidade	1
ISO/IEC 38500; alinhamento entre TIC e negócio, BSC, SWOT e gestão de partes interessadas; gestão de riscos de TIC, incluindo identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento, ISO 31000 e NIST RMF	4
Auditoria e controle de TIC, fiscalização, controle externo e boas práticas do TCU	8
Planejamento estratégico de TIC	11
Pdtic, conceito, finalidade, elaboração, acompanhamento e revisão; alinhamento ao planejamento institucional, ppa, ldo e plano estratégico	14
Indicadores de desempenho, kpis, okrs e métricas de resultado e processo; monitoramento e avaliação	18
Planejamento e execução orçamentária de tic; relação entre pdtic e plano de contratações anual	21
Gestão de serviços de TIC	25

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Itil 4 foundation; princípios, dimensões e cadeia de valor de serviços; gerenciamento de incidentes, problemas, mudanças, níveis de serviço, configuração, implantação e melhoria contínua; catálogo de serviços	28
Acordo de nível de serviço (ANS/SLA), elaboração, monitoramento e aplicação em contratos de TIC	32
Gerenciamento de projetos de TIC	35
Pmbok 7ª edição; princípios, domínios de desempenho e abordagens preditiva, adaptativa e híbrida; métodos ágeis, scrum, kanban e lean; backlog, sprints e entrega incremental.....	38
Prince2; gestão de projetos, programas e portfólios; gerenciamento de benefícios e alinhamento estratégico	42
Pmo; gestão de riscos; ciclo de vida de soluções de tic	45
Devops; desafios no setor público, incluindo orçamento, controle externo, contratos e fornecedores.....	48
Segurança da informação. Confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não-repúdio; política e cultura de segurança.....	52
Gestão de riscos; ISO 27001 e ISO 27005; gestão e resposta a incidentes, csirt, notificações e lições aprendidas; continuidade de negócios, recuperação de desastres e ISO 22301	58
Política nacional de segurança da informação (Decreto nº 9.637/2018) 3 política nacional de cibersegurança (Decreto nº 11.856/2023)	62
Tecnologias emergentes e inovação em TIC	65
Computação em nuvem, modelos IAAS, PAAS e SAAS, tipos de nuvem e responsabilidade compartilhada.....	68
Inteligência artificial na gestão pública, aprendizado de máquina, aprendizado profundo e ia generativa; governança de ia, transparência, explicabilidade, equidade, responsabilidade e riscos; inovação aberta, laboratórios de inovação e ecossistemas de inovação; gestão da mudança tecnológica, resistência e capacitação	73
Questões	76
Gabarito.....	84

DADOS E INTELIGÊNCIA ANALÍTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governança de Dado	1
Dado, informação, conhecimento e valor público; governança de dados, princípios, componentes e DAMA-DMBOK; papéis de data owner, data steward, data custodian e DPO; qualidade dos dados, métricas e melhoria; metadados e catálogo de dados; ciclo de vida dos dados; dados abertos, legislação, publicação e reuso; LGPD aplicada ao poder público, princípios, bases legais, RIPD e incidentes; integração entre LGPD e LAI	5

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Cultura de Dados. Data literacy e níveis de letramento; cultura data-driven e tomada de decisão baseada em evidências; maturidade analítica; democratização e acesso estratégico aos dados; self-service analytics; gestão da mudança e liderança na cultura de dados; ética, privacidade, transparência e accountability no uso de dados	11
Arquitetura e Infraestrutura de Dados. Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados; fontes internas e externas; bancos relacionais e NoSQL; Data Warehouse, Data Lake e Data Lakehouse; ETL e ELT; Big Data; computação em nuvem aplicada a dados; interoperabilidade, padrões e integração de sistemas governamentais	16
Análise de Dados e Inteligência Analítica. Análises descritiva, diagnóstica, preditiva e prescritiva; ciclo analítico; análise exploratória; padrões, tendências, correlações e anomalias; estatística descritiva; Business Intelligence, arquitetura e OLAP; visualização de dados e dashboards; indicadores e métricas de desempenho, KPIs, OKRs e painéis de monitoramento de políticas públicas	22
Ciência de Dados e Inteligência Artificial. Ciência de dados e ciclo analítico; aprendizado de máquina supervisionado, não supervisionado e por reforço; modelos preditivos e classificatórios, treinamento, validação e avaliação; mineração de dados aplicada à auditoria, controle e inteligência governamental; PLN aplicado a documentos, contratos e atendimento; IA generativa e LLMs, capacidades, limitações e riscos; qualidade e curadoria dos dados; dados de treinamento, viés algorítmico, fairness e responsabilidade na supervisão de soluções de IA	28
Questões	34
Gabarito	40

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e Administração Pública; conceitos e elementos	1
Atos administrativos, conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; extinção dos atos por cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência administrativa	5
Agentes públicos, espécies, cargos, empregos e funções públicas; provimento e vacância; efetividade, estabilidade e vitaliciedade; remuneração, direitos, deveres e responsabilidade; disposições constitucionais aplicáveis	11
Poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder	17
Regime jurídico-administrativo e princípios expressos e implícitos	21
Organização administrativa, centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; entidades paraestatais e terceiro setor, incluindo serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público	26
Controle administrativo, judicial e legislativo	32

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Licitações e contratos administrativos, princípios constitucionais e Lei nº 14.133/2021, incluindo âmbito de aplicação, princípios, definições, modalidades, critérios de julgamento, contratação direta, sistema de registro de preços, formalização, execução, duração, extinção e nulidade dos contratos, prerrogativas da Administração e irregularidades; convênios e transferências voluntárias.....	36
Lei nº 8.987/1995	121
Lei nº 11.079/2004.....	132
Lei nº 13.019/2014 e respectivas alterações.....	144
Questões	170
Gabarito.....	179

ATUALIDADES

Desafios ambientais no Brasil e no mundo; mudanças climáticas, transição energética, preservação da biodiversidade, segurança hídrica e desenvolvimento sustentável; transformações demográficas, sanitárias e sociais e seus impactos na qualidade de vida, nos sistemas de saúde e nas políticas públicas; inovações tecnológicas, inteligência artificial e automação e seus efeitos no mercado de trabalho, na educação e nas relações sociais; reconfigurações geopolíticas globais, disputas econômicas e tecnológicas, segurança internacional e seus reflexos para o Brasil; desigualdades sociais, inclusão, diversidade e equidade no acesso à educação, saúde, trabalho e segurança; redes sociais, plataformas digitais e inteligência artificial na produção, circulação e verificação de informações e combate à desinformação; políticas públicas e reformas fiscais, tributárias e administrativas no Brasil e seus impactos sociais e econômicos; cidadania, democracia, participação social e desafios da governança contemporânea.....	1
Questões	9
Gabarito.....	16

SUMÁRIO



COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



READING COMPREHENSION

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor mantiver a calma, e se basear nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

► Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

- **Skimming:** trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.
- **Scanning:** através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.
- **Cognatos:** são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única diferença é que em português a palavra recebe acentuação. Porém, é preciso atentar para os chamados falsos cognatos, ou seja, palavras que são escritas igual ou parecidas, mas com o significado diferente, como “evaluation”, que pode ser confundida com “evolução” onde na verdade, significa “avaliação”.
- **Inferência contextual:** o leitor lança mão da inferência, ou seja, ele tenta adivinhar ou sugerir o assunto tratado pelo texto, e durante a leitura ele pode confirmar ou descartar suas hipóteses.
- **Reconhecimento de gêneros textuais:** são tipos de textos que se caracterizam por organização, estrutura gramatical, vocabulário específico e contexto social em que ocorrem. Dependendo das marcas textuais, podemos distinguir uma poesia de uma receita culinária, por exemplo.
- **Informação não verbal:** é toda informação dada através de figuras, gráficos, tabelas, mapas, etc. A informação não verbal deve ser considerada como parte da informação ou ideia que o texto deseja transmitir.
- **Palavras-chave:** são fundamentais para a compreensão do texto, pois se trata de palavras relacionadas à área e ao assunto abordado pelo texto. São de fácil compreensão, pois, geralmente, aparecem repetidamente no texto e é possível obter sua ideia através do contexto.
- **Grupos nominais:** formados por um núcleo (substantivo) e um ou mais modificadores (adjetivos ou substantivos). Na língua inglesa o modificador aparece antes do núcleo, diferente da língua portuguesa.
- **Afixos:** são prefixos e/ou sufixos adicionados a uma raiz, que modifica o significado da palavra. Assim, conhecendo o significado de cada afixo pode-se compreender mais facilmente uma palavra composta por um prefixo ou sufixo.
- **Conhecimento prévio:** para compreender um texto, o leitor depende do conhecimento que ele já tem e está armazenado em sua memória. É a partir desse conhecimento que o leitor terá o entendimento do assunto tratado no texto e assimilará novas informações. Trata-se de um recurso essencial para o leitor formular hipóteses e inferências a respeito do significado do texto.



LÓGICA PROPOSICIONAL

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \Leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossa tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n , onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	q	r	$p \vee q \rightarrow r$
-----	-----	-----	--------------------------

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



CONCEITO

A primeira palavra utilizada para a descrição de tributo, foi “prestação”, haja vista que toda obrigação jurídica tem por objeto uma prestação, seja ela de dar, de fazer, de não fazer, etc. Logo, vê-se que o tributo tem natureza jurídica obrigacional.

O tributo possui conceito legal expreso no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 3º *Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.*

O tributo compõe-se de cinco elementos essenciais, quais sejam:

O tributo é prestação pecuniária, em moeda, ou cujo valor que nela se possa exprimir, ou seja, o tributo é uma obrigação mensurável economicamente, que deve ser cumprida, em regra, em dinheiro, na moeda corrente no País, o que exclui o pagamento do tributo por meio do recebimento de coisas ou através da prestação de serviços.

A exceção para este elemento é a dação em pagamento, prevista no art. 156, IX, CTN. Por esse instituto é possível que o devedor entregue para a Fazenda Pública um bem imóvel a fim de extinguir o crédito tributário.

O tributo é uma prestação compulsória, ou seja, na relação jurídico-tributária, diferentemente da relação contratual cível, não cabe manifestação de vontade das partes. Assim, a prestação é obrigatória porque decorre da vontade da lei, não cabendo disposição de vontade das partes.

O sujeito deve cumprir com a obrigação tributária não porque quer, mas porque realizou o fato gerador e, portanto, incidiu em hipótese que a lei determina o cumprimento de obrigação, qual seja, o pagamento.

O tributo não deve constituir sanção de ato ilícito e essa característica deve ser analisada sob dois ângulos:

I- Tributo não é sanção, não é penalidade, não é castigo, logo, ele não é instituído para punir o cidadão, ao contrário, o instrumento sancionatório é a multa.

II- Não se pode tributar ato ilícito, ou seja, não se pode ter por fato gerador de um tributo um ato ilícito. Isso não significa que a renda e os bens que são obtidos por meios ilícitos não estejam sujeitos à tributação.

Todo tributo é uma prestação instituída em lei, em decorrência do princípio da legalidade e do princípio democrático. Logo, somente a lei pode criar um tributo.

De acordo com o princípio da legalidade previsto no art. 5º, II, da Constituição Federal, somente a lei pode obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Ora, se o tributo implica em obrigação, ele somente pode ser instituído mediante lei.

Deve o tributo ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, o que significa que o agente público não exerce nenhum juízo de discricionariedade no que reporta à cobrança. Não se pode escolher entre cobrar ou não o tributo, ao contrário, deve-se total obediência à lei e se é a lei quem determina a cobrança, o agente obedece.

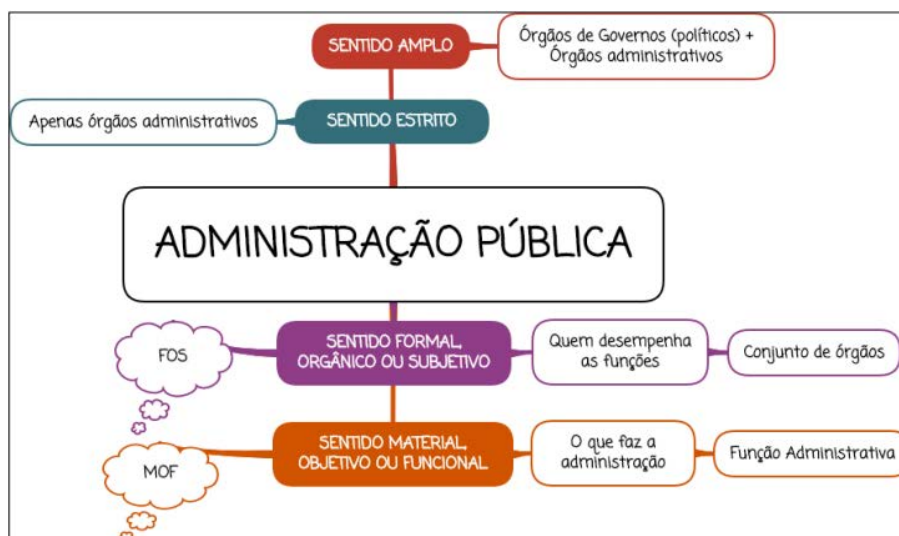
► Natureza jurídica

A natureza jurídica do tributo é regulamentada pelo art. 4º do Código Tributário Nacional:

Art. 4º *A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:*

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.



A Administração Pública é uma área complexa que envolve a gestão de recursos e serviços voltados para o bem-estar da sociedade. Ao longo da história, diversos modelos teóricos foram propostos para compreender e orientar a prática da administração governamental.

Neste artigo, exploraremos alguns dos principais modelos teóricos de Administração Pública, suas características e abordagens.

► Modelo tradicional ou burocrático

O modelo tradicional ou burocrático na Administração Pública tem suas bases na teoria proposta por Max Weber, um renomado sociólogo e economista alemão. Este modelo é reconhecido por sua estrutura hierárquica, pela formalidade dos procedimentos, racionalidade na tomada de decisões e impessoalidade nas relações dentro da administração.

Na abordagem burocrática, as organizações públicas são estruturadas em uma hierarquia clara de autoridade, onde cada nível tem suas responsabilidades e competências definidas. As regras e regulamentos são estabelecidos de forma precisa e objetiva, buscando garantir a previsibilidade e a uniformidade nas ações governamentais. Isso significa que os procedimentos são padronizados e seguidos rigorosamente, minimizando a margem para interpretações subjetivas.

Um dos princípios centrais desse modelo é a racionalidade na tomada de decisões. As decisões administrativas são baseadas em critérios objetivos e técnicos, não influenciadas por interesses pessoais ou políticos. Dessa forma, busca-se garantir a eficiência na execução das tarefas, evitando desvios e favorecimentos.

A impessoalidade é outro aspecto fundamental do modelo burocrático. Os funcionários públicos são tratados de forma igualitária, independentemente de suas características pessoais ou sociais. O mérito e a competência técnica são os critérios valorizados para a ascensão na carreira e a realização das atividades.

No entanto, apesar de suas vantagens em termos de eficiência e previsibilidade, o modelo burocrático também recebe críticas. Uma delas é a rigidez excessiva, que pode tornar o sistema lento e pouco adaptável a mudanças. Além disso, a burocracia pode criar distanciamento entre os órgãos governamentais e a população, dificultando a compreensão e o acesso aos serviços públicos.



O orçamento público é a expressão, em termos financeiros e programáticos, das escolhas que o Estado pretende executar em determinado período. Ele não se reduz a uma planilha de entradas e saídas, porque articula autorização legislativa, planejamento governamental, gestão do caixa e prestação de contas. A lei orçamentária estima receitas e fixa despesas, permitindo que a sociedade e os órgãos de controle conheçam como os recursos públicos serão mobilizados e aplicados. Ao mesmo tempo, a autorização não significa que toda dotação será necessariamente gasta: a execução depende de condições legais, fiscais, administrativas e financeiras que se verificam ao longo do exercício.

► Orçamento como instrumento jurídico, financeiro e de planejamento

Sob a dimensão jurídica, a despesa depende de autorização orçamentária adequada, salvo hipóteses excepcionais tratadas pelo próprio sistema constitucional e legal. Sob a dimensão financeira, o orçamento organiza o fluxo esperado de recursos e orienta a compatibilização entre compromissos e disponibilidade de caixa. Sob a dimensão de planejamento, ele transforma objetivos públicos em programas, ações, metas e dotações. Essas três funções se reforçam. Uma prefeitura que pretenda ampliar a coleta seletiva, por exemplo, precisa inserir a iniciativa em sua programação, prever os recursos necessários, observar a finalidade da dotação e ajustar o cronograma de contratação à arrecadação efetiva. A existência de crédito orçamentário é condição relevante, mas não substitui a análise da execução financeira nem os controles do procedimento administrativo.

Unidade, universalidade e anualidade

Os princípios orçamentários dão coerência ao sistema. A unidade orienta a formação de uma visão integrada do orçamento do ente, evitando peças desconectadas que dificultem o conhecimento global das finanças públicas. A universalidade exige que receitas e despesas abrangidas pelo orçamento sejam nele compreendidas, reduzindo espaços de execução paralela e favorecendo transparência. A anualidade vincula a autorização orçamentária a um exercício financeiro, ainda que o planejamento público alcance períodos mais longos e certas obrigações produzam efeitos além de um ano. A articulação entre essas ideias permite distinguir planejamento plurianual de autorização anual: um investimento pode integrar uma política continuada, mas sua execução em cada exercício precisa encontrar suporte no orçamento correspondente.

A tabela apresenta como princípios diferentes protegem dimensões distintas da gestão e por que seu uso combinado é mais importante que uma leitura isolada.

Princípio	Finalidade central	Efeito prático	Risco quando ignorado
Unidade	Integrar a visão orçamentária do ente	Facilita leitura global de receitas e despesas	Fragmentação da informação
Universalidade	Abranger receitas e despesas pertinentes	Reduz execução paralela e amplia transparência	Omissão de fluxos relevantes
Anualidade	Delimitar temporalmente a autorização	Vincula a execução ao exercício	Confusão entre planejamento e autorização
Exclusividade	Preservar o objeto próprio da lei orçamentária	Evita matérias estranhas ao conteúdo orçamentário	Uso inadequado da lei para temas desconexos

A exclusividade busca impedir que a lei orçamentária seja convertida em veículo para matérias sem pertinência com previsão de receita e fixação de despesa, ressalvadas autorizações que a própria ordem constitucional admite. Outros princípios, como legalidade, publicidade, transparência, especificação e equilíbrio,



FUNDAMENTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE TIC

► Governança de TIC e geração de valor

A governança corporativa de TIC integra a governança da organização e estabelece como a autoridade superior orienta o uso atual e futuro da tecnologia. Seu foco não é administrar diretamente servidores, aplicações ou equipes, mas assegurar que decisões tecnológicas contribuam para objetivos institucionais, produzam benefícios esperados, mantenham riscos em limites aceitáveis e utilizem recursos com responsabilidade. A tecnologia deixa de ser tratada apenas como suporte operacional e passa a ser considerada capacidade organizacional que influencia serviços, processos, dados, inovação e continuidade.

Necessidades das partes interessadas e decisões de direção

A governança começa pela compreensão das necessidades das partes interessadas. Dirigentes, unidades de negócio, usuários, órgãos de controle, parceiros e fornecedores podem ter expectativas diferentes sobre custo, rapidez, segurança, conformidade e qualidade. A instância de governança precisa transformar essas expectativas em prioridades coerentes. Em uma organização pública que avalia migrar sistemas para nuvem, por exemplo, a decisão de direção deve ponderar valor público, continuidade, proteção de informações, dependência de fornecedores, capacidade interna e sustentabilidade financeira antes de autorizar um caminho.

► Distinção entre governança e gestão

Governança e gestão são complementares, porém possuem responsabilidades distintas. A governança avalia necessidades, condições e opções; direciona por meio de prioridades e decisões; e monitora desempenho e conformidade. A gestão, orientada por essa direção, planeja, constrói ou adquire, executa e acompanha atividades necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos. Misturar os papéis tende a gerar dois problemas opostos: dirigentes podem mergulhar em decisões operacionais e perder a visão de valor, enquanto gestores podem assumir escolhas estratégicas sem a legitimidade correspondente.

A comparação explícita como os dois planos se conectam sem se confundirem.

Critério	Governança de TIC	Gestão de TIC
Finalidade	Assegurar valor, direção e controle	Executar e coordenar capacidades e serviços
Autoridade típica	Instâncias dirigentes e colegiadas	Lideranças gerenciais e equipes responsáveis
Tipo de decisão	Prioridades, tolerância a risco e resultados esperados	Planos, projetos, operações e uso de recursos
Horizonte	Sustentação da organização e de seus objetivos	Entregas e desempenho dentro da direção recebida
Acompanhamento	Monitora resultados e aderência	Mede execução, corrige desvios e reporta

No cenário da migração para nuvem, a governança decide por que a mudança é justificável, quais resultados e limites devem ser respeitados e como o desempenho será acompanhado. A gestão detalha arquitetura, contratação, cronograma, transição, segurança e operação. A separação de responsabilidades não cria isolamento: informações produzidas pela gestão alimentam novas avaliações da governança, enquanto decisões de governança delimitam o espaço das escolhas gerenciais.



► Governança de Dados

Ao pesquisar “definição de governança de dados”, você encontra várias explicações que, às vezes, são confundidas com o gerenciamento de dados¹. Segundo o Data Governance Institute (DGI), a governança de dados é “um sistema de direitos e responsabilidades para processos relacionados às informações, executado em concordância com modelos que descrevem quem pode realizar quais ações com quais informações, quando, sob que circunstâncias, e usando quais métodos.”

A definição do Gartner é a seguinte: a governança de dados engloba uma coleção de processos, funções, políticas, padrões e métricas que garantem o uso eficiente e eficaz das informações, permitindo que uma organização alcance suas metas.

Estas definições de governança de dados indicam que uma governança robusta segue padrões e políticas que garantem o uso dos dados com integridade. Ela estabelece quem pode realizar quais ações em quais situações, com quais dados e quais métodos.

À medida que novas leis e regulamentos de proteção de dados são aprovados, o desenvolvimento, a implementação e a observação de estruturas eticamente robustas de governança de dados se tornarão cada vez mais essenciais para as organizações. Uma estrutura concreta de governança de dados aborda as funções operacionais e as responsabilidades, bem como os objetivos táticos e estratégicos.

Responsável pela Governança de Dados

Depois de explicar a definição da governança de dados, vamos entender quem é o responsável pela sua implementação.

Uma governança de dados eficaz envolve toda a empresa. Grandes organizações geralmente formam uma equipe de governança de dados que é responsável pelo estabelecimento de metas e prioridades, desenvolvimento do modelo de governança, obtenção da aprovação do orçamento e a seleção das tecnologias adequadas a serem usadas.

Confira na lista abaixo as designações mais comuns da equipe de governança de dados.

Proprietários de Dados

Esta função deve ser atribuída a gerentes seniores que especificam as necessidades por dados e a qualidade dos dados da organização. Eles precisam poder tomar a iniciativa e decisões para toda a organização. Sua função é voltada ao negócio. Os proprietários de dados se responsabilizam pelos dados como um ativo.

Organizadores de Dados

É uma função técnica. Organizadores de dados, ou data stewards, também são chamados de arquitetos de dados. Eles verificam se todos os padrões e políticas de dados estão sendo cumpridos diariamente. Muitas vezes, eles fazem parte de uma equipe de gestão central ou departamento de TI, pois precisam ser especialistas no assunto para uma entidade de dados e/ou um conjunto de atributos de dados.

Os organizadores de dados estabelecem definições e fórmulas padronizadas para os elementos dos dados, além de identificar os detalhes do sistema de fonte e o fluxo de dados entre os sistemas. Eles cuidam dos dados como um ativo ou oferecem consultoria sobre como fazer isso.

¹ <https://www.delphix.com/br/glossario/o-que-e-governanca-de-dados>

**ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS****► Conceito de Estado****Estrutura política, jurídica e territorial**

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

► Elementos constitutivos do Estado**Povo, território e soberania**

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

► Finalidade do Estado**Realização do interesse público**

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

GOVERNO: CONCEITO, FUNÇÃO POLÍTICA E DIREÇÃO DO ESTADO**► Conceito de Governo****Comando político do Estado**

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.



► Crise ambiental e mudanças climáticas

Causas, riscos e desigualdades climáticas

A mudança climática resulta principalmente do aumento da concentração de gases de efeito estufa decorrente da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento, de mudanças no uso da terra, de processos industriais e de determinadas práticas agropecuárias. O aquecimento altera padrões de temperatura e precipitação, intensifica ondas de calor e pode ampliar secas, chuvas extremas, incêndios e outros eventos de alto impacto. O problema é simultaneamente ambiental, econômico e social: afeta infraestrutura, produção de alimentos, geração de energia, saúde, habitação e finanças públicas.

Os impactos não se distribuem de forma uniforme. Populações de baixa renda, moradores de áreas de risco, povos tradicionais, agricultores dependentes do regime de chuvas e grupos com menor acesso a serviços públicos tendem a ter menor capacidade de proteção e recuperação. Daí surge o conceito de justiça climática, segundo o qual políticas de enfrentamento devem considerar tanto a responsabilidade pelas emissões quanto a desigualdade de vulnerabilidades.

Mitigação e adaptação

Mitigação significa reduzir emissões ou ampliar a remoção de gases de efeito estufa; adaptação significa diminuir danos associados a impactos climáticos já presentes ou esperados. As duas estratégias são complementares. Uma política climática consistente combina descarbonização da economia com cidades resilientes, sistemas de alerta, infraestrutura preparada para extremos, proteção de ecossistemas e planejamento de saúde.

Para diferenciar os principais instrumentos, é útil observar suas funções:

- **Mitigação:** energias de baixo carbono, eficiência energética, controle do desmatamento, restauração florestal e redução de emissões industriais.
- **Adaptação:** drenagem urbana, defesa civil, segurança hídrica, agricultura adaptada ao clima e proteção contra ondas de calor.
- **Transição justa:** políticas de qualificação, proteção social e desenvolvimento regional para que os custos da transformação não recaiam desproporcionalmente sobre trabalhadores e grupos vulneráveis.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!